

APRN



Nº 04 - FEV. 88

EXTRACLASSE

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES/RN

NESTA
EDIÇÃO

APRN CPB
agora são filiados à CUT



DEFINIÇÃO: APRN, MOMENTO DE FILIAÇÃO A CUT

**Constituinte: denunciar e garantir
as reivindicações**

**Democratização da escola: uma
luta permanente**

XXI Congresso Nacional da CPB

**8 de março: dia internacional
da mulher**

**Resoluções do I congresso
estadual de educadores do RN**

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES
DO RIO GRANDE DO NORTE
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES
1988



Após merecidas férias retornamos às salas de aula, tendo pela frente imensos desafios neste primeiro semestre.

Retornamos às aulas, tendo diante de nós a visível determinação das condições de ensino e de trabalho a que estamos submetidos.

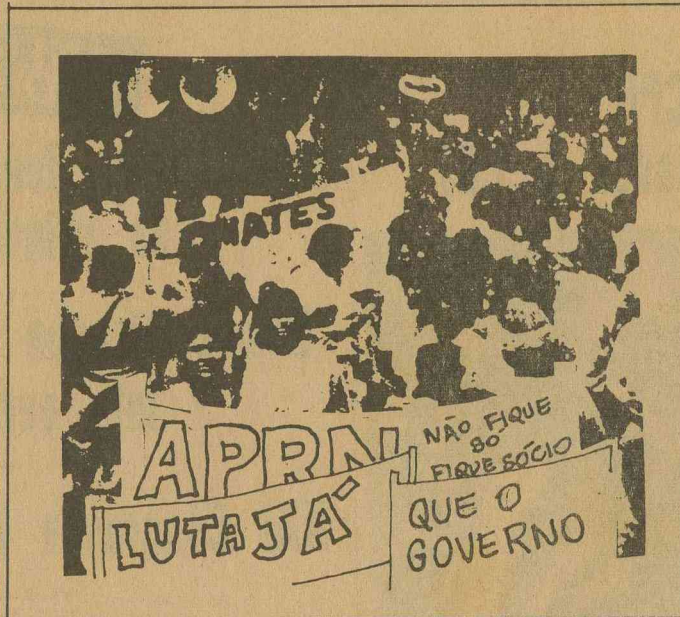
Em muitas escolas, tanto na capital como no interior, as aulas reiniciam sem as mínimas condições de funcionamento. Falta material de expediente e de consumo, falta professores para várias disciplinas e falta até mesmo giz em algumas escolas!

Este quadro bem retrata o compromisso do "Governo do Povo" para com a Educação Pública e Gratuita em nosso Estado...

Mas, se teremos vários desafios, o maior deles certamente será o desafio de recuperarmos as nossas perdas salariais. Todos sentimos o arrocho imposto pelo governo ao conjunto do Magistério.

E devemos recomençar o ano começando a luta. Devemos nos preparar, desde já e em cada sala de aula, em cada escola, para construir um movimento forte e unitário o suficiente para que tenhamos condições de vencer o arrocho do governo.

RECOMEÇAR O ANO RECOMEÇANDO A LUTA



No ano passado tivemos a oportunidade de conhecer o "governo participativo" do Sr. Geraldo José de Melo. Só com nossa união é que teremos condições de fazermos frente às ameaças, às perseguições, pressão do governo, e recuperarmos as perdas salariais.

E além dessas lutas específicas, temos também a obrigação política de nos engajarmos nas lutas mais gerais dos trabalhadores de nosso Estado.

E uma luta colocada na ordem do dia diz respeito à nossa pressão sobre o Congresso-Constituinte, no sentido de garantir a aprovação das reivindicações populares. E o nosso inimigo principal no Congresso-Constituinte, é sem dúvida nenhuma o Centrão.

Temos a obrigação de denunciarmos, em cada sala de aula aqueles parlamentares que estão traindo os trabalhadores.

Estas as nossas

principais tarefas neste semestre.

E arregaçar as mangas e recomençar as lutas.

OS 20% QUE O GOVERNO NOS DEVE

Mais uma vez a burguesia usa de seus artifícios e tira dos trabalhadores aquilo que eles têm direito.

Dessa vez a vítima foram os educadores do RN. Os 20% que nós temos direito de junho de 1987 ficou; ora o Governo, de acordo com parecer nº E/11/87 da Consultoria Geral do Estado que foi aprovado, claro, pelo Governo do Estado através de Decreto nº 9.988 publicado no Diário Oficial de 03 de fevereiro de 1988.

Outra vez, fica claro, que a via legal não é o melhor caminho para os trabalhadores, mesmo porque, as Leis não são feitas pelos trabalhadores nem para beneficiar a maioria, mas para manter a estrutura do Poder da burguesia. Mas nós, trabalhadores organizados, unidos, contribuimos para o nosso próprio poder, o poder da maioria.

Agora, não é apenas 20% que o Governo nos deve, mas toda uma defasagem que já levou a metade do nosso salário.

O "Governo das mudanças" não mudou a prática de perseguir os Educadores neste Estado.

Neste início de ano, inúmeros são os casos de devolução ou remoção de Educadores por parte de direções de Escolas.

E o que podemos observar é que as devoluções ou remoções se dão de forma seletiva. Ou seja, geralmente são removidos ou devolvidos colegas que, de uma forma ou de outra forma,

REMOÇÕES E DEVOLUÇÕES PERSEGUIÇÕES COMO CRITÉRIOS

tem nível de "participação indesejável" na vida da escola.

Geralmente, são colegas que atuaram nas greves de maneira ativa ou que contestam o autoritarismo que reina em nossa Educação.

Aquele Educador que não leia na cartilha de certos diretores são devolvidos sob argumentos ou mais diver-

sos. E são devolvidos na "calada da noite". Muitos, quando chegaram à escola para assumir as aulas, souberam que já estavam devolvidos ao NURE.

Acontecimentos deste caráter merecem de todos nós o mais veemente repúdio. Entendemos que uma verdadeira Escola Democrá-

tica só será construída com a diversidade e pluralidade de opiniões entre todos os membros da Comunidade. Não é porque um ou outro colega discorde de determinadas orientações da direção que ele deva ser devolvido como "indesejável".

Esperamos que o governo, através da SEC e dos NURES adote critérios de remoções e devoluções que não sejam critérios políticos ideológicos.

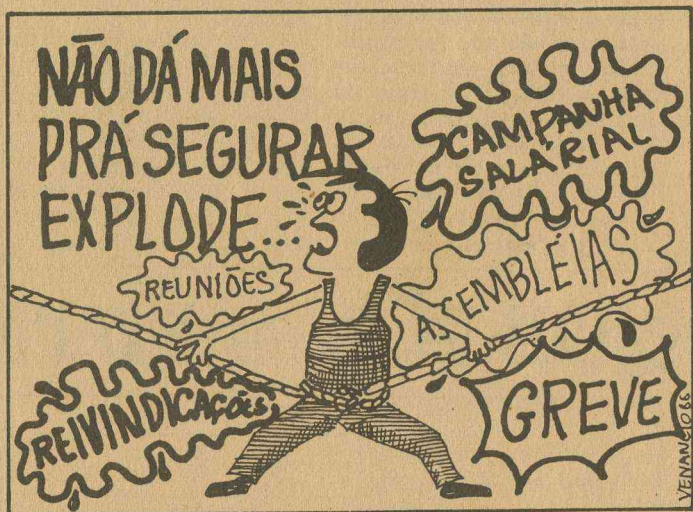
No próximo dia 15 de março completa um ano de governo do Sr. Geraldo José de Melo. E os servidores Estaduais, particularmente nós Educadores, bem sabemos o significado desse primeiro ano de governo: ARROCHO SALARIAL.

Em 15 de março de 87, dia da posse do governo, um professor P-6-E percebia 3, 0 salários mínimos por 40 horas/semanais. Um ano depois este mesmo professor percebe 2,24 salários, se levamos em consideração o Salário Preferência, e 1,5 salários, se levamos em consideração o Piso Nacional de Salários.

Os números não deixam margem à dúvidas. Trata-se do maior arrocho salarial da história do magistério, semelhante aos arrochos impostos durante os governos dos Maias.

O mecanismo de reajustes imposto pelo governo do Estado sob o conjunto do funcionalismo nem de longe recupera as nossas perdas salariais. Muito pelo contrário, aprofunda ainda mais o arrocho. Senão vejamos: tivemos um "aumen-

UM ANO DE GOVERNO UM ANO DE ARROCHO



to" de 15% em janeiro que sequer cobriu a inflação do mês que foi mais de 16%. O "aumento" de fevereiro, na ordem de 9.9% que tem o caráter de adiantamento, fica longe da inflação do mês (prevista para mais de 18%). E em março também teremos um adiantamento que certamente ficará distante da inflação mensal. Em abril, segundo o mecanismo geraldista, teremos um reajuste de 80% da variação da arrecada-

ção do Estado, descontados os adiantamentos de fevereiro e março!

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o funcionalismo não tem nenhum instrumento para acompanhar e controlar o crescimento da arrecadação do Estado. Em segundo lugar, é evidente que tal mecanismo de reajuste "esquece" as perdas salariais impostas pelo governo durante todo o ano de 87!

É cristalina a vinculação de tal proposta de reajustes do Governo do Estado com a política econômica implementada pelo Governo Sarney. Sob o argumento falacioso de "conter os gastos públicos" os governos, Estadual e Federal, implementam uma política recessiva e de arrocho salarial, que tem o único e exclusivo objetivo de satisfazer a ganância e os desejos dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, e do FMI.

A todos os trabalhadores, e particularmente a nós funcionários públicos, cabe articular uma ampla Campanha em defesa dos salários e pela recuperação das perdas salariais.

É neste sentido que, a nível do RN, devemos fazer todos os esforços possíveis buscando unificar nossas reivindicações com o conjunto do funcionalismo público.

E para isto, será necessário muita organização e disposição de luta da categoria.

**É HORA DE LUTAR!
PELA REPOSIÇÃO DAS
PERDAS SALARIAIS.**

UM ANO DE PERDAS

PROFESSOR 40 HORAS NÍVEL "A"	AUMENTO GOV. G. MEL 9,9%	S. MÍNIMO REFERÊNCIA 3.600,00	PERDA SALARIAL	P. SALARIAL NACIONAL 5.280,00	PERDA SALARIAL
	22.656,98	30.240,00	7.583,02	44.352,00	21.695,02
P1E	18.880,82	25.200,00	6.319,18	36.960,00	18.079,18
P2E	15.643,16	20.880,00	5.236,84	30.624,00	14.980,84
P3E	12.946,22	17.280,00	4.333,78	25.344,00	12.397,78
P4E	9.710,76	12.960,00	3.249,24	19.008,00	9.297,24
P5E	8.090,83	10.800,00	2.709,17	15.840,00	7.749,17
P6E	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
P7E	9.978,92	13.320,00	3.341,08	19.536,00	9.557,08
P8E/PE2	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
P9E	8.090,83	10.800,00	2.709,17	15.840,00	7.749,17
P0E	7.011,62	9.360,00	2.348,38	13.728,00	6.716,38
P11E	7.552,32	10.080,00	2.527,68	14.784,00	7.231,68
P12E/PE6	7.011,62	9.360,00	2.348,38	13.728,00	6.716,38
P13E	22.656,98	30.240,00	7.583,02	44.352,00	21.695,02
P1C	18.880,82	25.200,00	6.319,18	36.960,00	18.079,18
P2C	15.643,16	20.880,00	5.236,84	30.624,00	14.980,84
P3C	12.946,22	17.280,00	4.333,78	25.344,00	12.397,78
P4C/L. CURTA	9.710,76	12.960,00	3.249,24	19.008,00	9.297,24
P5C	8.631,54	11.520,00	2.888,46	16.896,00	8.264,46
P6C	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
P7C	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
PE1	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
PE3	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
PE4	16.183,87	21.600,00	5.416,13	31.680,00	15.496,13
P8C/P. AUTOR.	10.249,27	13.680,00	3.430,73	20.064,00	9.814,73
P9C/PE5	8.090,83	10.800,00	2.709,17	15.840,00	7.749,17
P10C	7.281,97	9.720,00	2.438,03	14.256,00	6.974,03
P11C	7.011,62	9.360,00	2.348,38	13.728,00	6.716,38
PE7	7.011,62	9.360,00	2.348,38	13.728,00	6.716,38
PE8	7.011,62	9.360,00	2.348,38	13.728,00	6.716,38

15 de MARÇO
14 HORAS
CHURCHILL
ASSEMBLEIA
GERAL

O RUMO DO MOVIMENTO
TEM QUE SER DA MAIORIA



Constituinte: denunciar e garantir as reivindicações

Há mais de um ano de instalado, o Congresso-constituinte, somente agora é que começa a ser votado o texto final da futura Constituição. A direita organizada através do "Centrão", no intuito de derrubar as poucas conquistas alcançadas na Comissão de Sistematização, fez alterações no regime interno contribuindo assim para o processo tornar-se mais lento e confuso. Assim as emendas substitutivas integrais e títulos estão sendo

votadas em primeiro lugar e terão que ter 280 votos (maioria absoluta): Caso não obtenha esse número a sessão é suspensa por 24 horas e a votação é repetida. Se nessa 2ª votação ainda não for conseguido a maioria absoluta passa-se a votação do texto da Comissão de Sistematização que, igualmente, precisa de 280 votos para ser aprovada. Não conseguindo esses votos cria-se o chamado "buraco-negro", ou seja, não tendo ne-

nhum texto sido aprovado abre-se um prazo de 48 horas para que o relator ou a maioria absoluta dos Constituintes apresentem um novo texto à plenária.

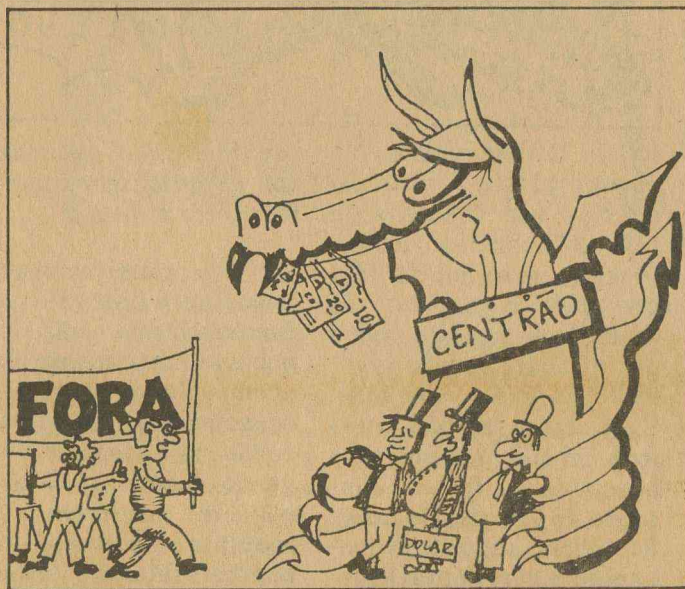
Os setores progressistas e alguns deputados do PMDB fizeram vários destaques para serem votados em separados em relação ao texto do "Centrão" com o objetivo de extirpar as formulações mais antidemocráticas. Evidentemente este é um mecanismo, a nível

de parlamentares, que se tenta para enfrentar o centrão. A nível de movimento popular e dos trabalhadores precisamos intensificar as pressões feitas aos parlamentares, principalmente os do nosso Estado, para que cumpram as promessas de campanha e denunciá-los quando votam em propostas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

O QUE É O CENTRÃO

Apesar da crescente impopularidade, a aliança de sustentação do governo é ainda garantida pela força políticas comprometidas com a "Transição conservadora". Entre estas forças, a mais importante a nível parlamentar é o "Centrão", que visa garantir uma constituição que dê legitimidade a um regime político institucional fortemente conservador.

Começando como um agrupamento parlamentar para se opor ao projeto da Comissão de Sistematização no que representasse ameaça às estruturas e privilégios conservadores, o "Centrão" é mais do que isto. Trata-se de uma articulação supra-partidária, fisiológica e venal, dos mais reacionários empresários (UBE) latifundiários, (UDR) muito dinheiro público e falta de vergonha. Uma aliança cujos líderes, José Lourenço (PFL/BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) decla-



ram aos jornais que querem cargos públicos para que a bancada de aluguel vote 05 anos a Sarney. E, num escárnio a Nação, ministros de Sarney tratam de "fazer uma reforma nos 2º e 3º escalões para abrir vagas ao Centrão".

O "Centrão" se anuncia como maioria no parlamento e chega a pretensão de estampar em cartaz que "é maioria

entre o povo". Não é. O "Centrão" é o resultado de duas grandes fraudes: as regras eleitorais impostas pela ditadura Geisel e a manipulação das eleições de 86 por parte do PMDB e do PFL.

Dos 290 membros que o Centrão pretende ter, 42% vieram da Arena, 26% do PDS. Dos 205 empresários que são deputados constituintes 133 estão

no Centrão.

Daqui do nosso Estado, participaram da articulação inicial do Centrão, votando para mudar as regras do jogos os seguintes parlamentares: Flávio Rocha (PL); Iberê Ferreira (PFL); Jessé Freire (PFL); Henrique Alves (PMDB) Antonio Câmara (PMDB); Ismael Wanderley (PMDB) Vingt Rosado (PMDB); José Agripino (PFL) e Carlos Alberto (PTB).

Mas em que pese o absoluto fisiologismo do "Centrão" e dos políticos comprometidos com a "Transição Conservadora", a falta de credibilidade, a corrupção e a inércia tornam Sarney um peso difícil até para a direita.

Obs. - Este foi adaptado de uma Resolução da Executiva Nacional da CUT.

Atenção - Leia este texto com seus alunos denunciando a atuação do Centrão, principalmente dos parlamentares do RN.



fessores e alunos.

— Ampliação do número de vagas nas escolas com construção de novas salas de aulas e garantia de funcionamento.

— IDEM... Novas salas de aulas, com n° limitado de:

— 30 alunos por turma.

— Ampliação de pré-escolas tanto no interior como na capital.

— Estabelecer medidas que combatam eficazmente a evasão e reprovação de alunos nas escolas.

10 — Que seja discutido o aumento de dias letivos, tendo em vista que as melhorias educacionais não passam simplesmente, por esta questão, e sim por uma mudança estrutural no sistema educacional. Que haja uma comissão de educadores para acompanhar essa discussão.

11 — Que o conteúdo veiculado na escola seja de acordo com a realidade do aluno, que proporcione o despertar do senso crítico, político, baseado na sua realidade.

12 — Discussão da ecologia nos conteúdos básicos das diversas disciplinas ensinadas nas escolas de 1° e 2° grau, de forma ampla e objetiva.

13 — Ensino de Sociologia e Filosofia no 2° grau.

14 — Modificação da grade curricular, aumentando o n° de aulas de História e Geografia.

15 — Revisão do conteúdo dos livros didáticos a serem trabalhados nas escolas.

16 — Elaboração do livro didático com a participação dos professores das suas disciplinas específicas.

17 — Volta do curso científico, a nível de 2° grau, com Filosofia e Sociologia.

18 — Descentralização da SEC autonomia da escola.

19 — Que se cobre urgentemente o que foi delineado no dia "D".

20 — Que o ano letivo na escola só tenha início com o quadro de professores completo.

21 — Restauração dos prédios com criação de áreas de lazer, cultura e esportes.

22 — Liberdade de organização:

— Todo segmento da escola seja mobilizado para sua organização.

23 — Acabar com a discriminação entre escola pública e escola privada, pelos próprios professores.

24 — Que a Comissão de Educação elabore textos atuais.

25 — Lutar pela melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas.

26 — Incentivar a nossa organização e dos demais segmentos da escola, com os pais, alunos e funcionários.

QUESTÃO EDUCACIONAL ENCAMINHAMENTO

01 — Eleição de Diretores

— Que as entidades priorizem a luta pela democratização da escola.

— As eleições deverão ser coordenadas p/ uma Comissão Paritária composta pela SEC de Educação e Entidades Educacionais.

— Comissão das entidades p/ desencadear o processo de discussão, a partir do início de 1988.

— Instituir o dia 15/03/88, como DIA ESTADUAL DE LUTA PELA ELEIÇÃO DE DIRETORES.

— Promoção de Seminários na capital e interior, no início do ano letivo, pelas Entidades Educacionais, tendo em vista a democratização da escola.

ECOLOGIA

01 — Compromisso dos educadores de todos os cursos e níveis na defesa do meio ambiente.

— Formação de um grupo de estudo p/aprofundar as questões da Ecologia.

— Participação e discussões em congressos, encontros nacionais e estaduais, bem como campanhas de esclarecimento e denúncias junto ao povo.

POLÍTICA SINDICAL



I — QUESTÃO ORGANIZATIVA DAS ENTIDADES

01 REDEFINIÇÃO DAS MENSALIDADES

— 1% do salário base

02 — CAMPANHAS DE FILIAÇÃO

— Intensificação da campanha.

— Que cada representante faça um trabalho de divulgação para filiação.

— Que cada sócio se engaje na campanha de filiação.

— Que as entidades deliberem uma pessoa para tratar do problema específico da filiação.

— Fazer campanha de filiação em dias de pagamento.

— Cada congressista deve fi-

liar pelo menos 5 companheiros.

— Que cada associado se engaje na campanha de filiação da APRN.

— Que seja feita uma campanha de filiação pelas sub-sedes desde que as mesmas tenham recursos.

03 — CONSELHO DE REPRESENTANTES

— Dinamização do Conselho de Representantes.

— Que seja feito um trabalho político para escolha de representantes.

— Que seja criado Conselho de Representantes no interior.

— Que seja feita uma discussão nas escolas que ainda não tem representantes.

— Que seja feita eleição de representantes de escola por 1 ano.

— Reunião por turno.

— Criação de uma Comissão na APRN para coordenar o trabalho

— Ampliação do Conselho.

— Que ocorra maior intercâmbio entre a associação de representantes.

04 — SUB-SEDES

— Reestruturação das sub-sedes.

— Reestruturação das sub-sedes garantindo reais condições de funcionamento.

— Que as sub-sedes tenham condições para alojamento dos seus associados.

— Compra de terreno ou casa para funcionamento das sub-sedes.

— Destinar percentuais, de acordo c/ o n° de sócios e plano de trabalho.

05 — NÚCLEOS MUNICIPAIS

— Criação de núcleos municipais nas cidades do interior, que não são cidades polo.

— Que os núcleos tenham seus representantes eleitos pelos educadores.

06 CULTURA E LAZER

— Encaminhamento concreto, sobre a criação de uma política de lazer e cultura, tendo como início a criação de uma área de lazer.

— Criação de um Clube do Professor.

— Criação de área de lazer, com a venda de imóveis da APRN, a partir do final dos atuais contratos de aluguel.

— Fazer um plebiscito com a categoria para definição de venda de 1 ou 2 casas para construção.

— Fazer campanha estilo mutirão para implementação da sede de cultura e lazer.

— Criação de área de lazer, precedido de uma ampla campanha e de discussões.

— Criação de comissões, englobando os professores que trabalham em arte e esporte, a fim de implementar um programa nesta área.

07 — UNIFICAÇÃO

— Reativação da discussão da unificação, passando pela elaboração de um ante-projeto do estatuto das entidades.

— Unificação das entidades em agosto, com a realização de uma conferência estadual de educadores.

— Que as entidades educacionais oportunizem a seus associados, através de encontros regionais na capital e no interior uma ampla discussão acerca da unificação.

— Rearticulação da comissão retirada no Congresso passado, pelos fóruns deliberativos das respectivas entidades.

— Reformulação dos estatutos das entidades.

— Que as Entidades Educacionais desencadêem um processo de luta no sentido de conquistar para o (as) companheiros (as) aposentados (as) em período anterior a vigência do atual estatuto, a equivalência dos direitos e vantagens referentes ao último nível da classe a que pertence, bem como a elevação de 24h para 40h, considerando que a lei que antecede a atual não garante o regime de 40h, como carga horária básica.

— Que seja revogada a decisão que delibera sobre a não contribuição dos aposentados para a entidade da categoria.

QUESTÃO SINDICAL

A — LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

— Pelo fim da atual estrutura sindical

— Pelo fim do imposto sindical

— Por um sindicalismo, classista, unitário, de base e livre da intervenção do Estado.

— Direito do funcionário público à sindicalização.

— Pela revogação da lei de greve.

— Pela ratificação da convenção 87 OIT.

B — Vinculação da luta dos trabalhadores da educação às lutas das demais categorias de trabalhadores.

C — FILIAÇÃO DAS ENTIDADES EDUCACIONAIS A UMA CENTRAL SINDICAL — Filiação da ASSOERN à CUT

— Filiação da APRN à CUT

— Filiação da ASSERN à CUT



Resoluções do I congresso estadual de educadores do RN

CONJUNTURA NACIONAL

01 — Diretas já
Com programa de Governo que atenda aos interesses reais da classe trabalhadora.

02 — Não pagamento da Dívida Externa.

03 — Estatização do sistema financeiro e proibição das remessas de lucro das multinacionais.

04 — Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores.

05 — Apoio a todas as lutas dos trabalhadores, no sentido de unificar as Campanhas Salariais.

06 — Reposição das perdas salariais de acordo com os índices do DIEESE.

07 — Salário Mínimo real de acordo com o DIEESE.

08 — Estabilidade no emprego e 40h semanais.

09 — Direito à vida: alimentação, habitação, terra, trabalho, educação, saúde.

10 — Denúncia de conservadorismo no Congresso Constituinte.

— Principalmente aos reacionários que votaram contra as propostas populares.

— Luta por uma Constituinte Democrática e Progressista.

— Denúncia do Congresso Constituinte e luta por novas eleições para o Congresso Nacional.

— Mobilização popular para pressionar o Congresso Constituinte.

— Divulgação e discussão da Carta Magna com a população.

11 — Pela consolidação e ampliação das liberdades democráticas em nosso País.

12 — Fim da censura.

13 — Fim das leis de exceção.

14 — Denunciar a violência no campo.

15 — Reforma tributária imediata.

16 — Apoio a luta dos índios e demais minorias.

17 — Luta em todos os níveis pela preservação de reservas ecológicas e criação de mecanismos para garanti-las com a participação dos movimentos populares.

— Defesa do meio ambiente.

POLÍTICA EDUCACIONAL

01 — Escola Pública, Gratuita, Democrática e de boa qualidade, que atenda aos reais interesses populares.

— Ensino Público, Gratuito e laico, para todos, em todos os níveis e de boa qualidade.

— Destinação das verbas públicas, só para a escola pública.

— Controle pela população, das verbas destinadas ao ensino público.

— Controle das verbas públicas pelas Entidades Educacionais

02 — Eleição direta para diretor e conselho de escola

03 — Luta por uma escola unitária, superando a dualidade da escola academicista e técnica

04 — Melhoria das condições profissionais e salariais do Magistério.

— Valorização do Magistério, com implementação do Plano Nacional de carreira e piso salarial.

— Garantia da implementação do Estatuto do Magistério.

— Encaminhar a luta pela implementação de um plano nacional de carreira, de forma unificada, com todos os educadores do país.

— Garantia das conquistas dos educadores.

— Exigir da Secretaria de Educação a promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento, para melhoria da qualidade do ensino e maior comprometimento dos educadores, quanto a forma de conste-tualizar os conteúdos.

— Exigir da Secretaria de Educação a promoção de cursos de reciclagem e especialização para professor.

05 — Pelo fortalecimento das entidades da categoria.

— Pressionar para que o material escolar chegue às escolas.

— Liberdade de organização e fortalecimento das Entidades do Magistério.

— Entidades Educacionais conclamem todos os Educadores a discutirem e formularem

uma proposta educacional democrática para ser trabalhada nas escolas.

— Que as Entidades Educacionais, continuem após os movimentos grevistas, a denunciar junto aos meios de comunicação o descaso do Governo, que persiste após os movimentos.

— As Entidades Educativas devem visitar as escolas para constatar os problemas existentes e com isso ganhar credibilidade diante da própria classe e da população em geral (essas visitas poder ser feitas com o engajamento dos representantes de escola.

— Repasse do Congresso em todos os municípios.

— Exigir respeito do Governo e da Prefeitura, para a escola pública, sem discriminação dos diretores que tenham posicionamento político diferente.

— Participação das Entidades Educacionais na discussão do calendário escolar.

06 — Por um plano nacional de educação.

07 — Por um plano de erradicação do analfabetismo.

08 — Pela democratização dos meios de comunicação.

09 — Lutar pelas transformações sociais que assegurem a permanência na escola, de todas as crianças em idade escolar.

— Articulação maior de pro-

Realizou-se, de 16 a 21 de janeiro último, o XXI Congresso da Confederação de Professores do Brasil, tendo como tema - Educação: Participação e compromisso - Valorização da Escola Pública. Presentes ao Congresso, em torno de 2.500 delegados representando as 31 Entidades filiadas à CPB. Apesar de alguns atropelos enfrentados pela organização do Congresso e da pouca discussão, ocasionada mais pela polarização em torno da filiação da CPB a uma Central" Sindical, discutiram-se e aprovaram-se propostas dentro do eixo" Conjuntura Nacional, Política Educacional, Política Sindical, Estruturação da CPB e planos de lutas.

Diretas Já em 88, Não pagamento da Dívida Externa, Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, Ensino Público e Gratuito para todos e em todos os níveis, Plano

XXI Congresso Nacional da CPB



Nacional de Carreira para o Magistério Público de 1º e 2º Graus são algumas das bandeiras no campo de Política Nacional e Educacional, mais uma vez referendadas pelos Professores presentes ao Congresso.

No plano Sindical, os professores brasileiros, a exemplo dos professores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco,

Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Goiás, Brasília, Santa Catarina e milhares de outras categorias de trabalhadores brasileiros, como metalúrgicos, bancários, médicos, construção civil, gráficos, jornalistas, sem-terras, decidiram

pelo sindicalismo combativo, filiando a CPB à CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Tentando democratizar ainda mais as instâncias deliberativas da CPB, vários artigos do Estatuto foram modificados, como por exemplo, a participação no Congresso Nacional por Estado. "Os delegados nos Estados em mais de uma entidade afiliadas, serão distribuídos na proporção na razão direta do nº de sócios de cada uma dela".

No plano de lutas, foi decidida uma Campanha Nacional Unificada. Esta campanha deve integrar as questões econômicas do magistério, com as questões políticas nacionais, que definimos como centrais. Esta campanha deve ainda preparar terreno pra que conquistemos uma data base única para os Professores a nível nacional partindo da realidade dos Estados, que prevêem uma concentração de lutas entre fevereiro e abril, podendo desembocar numa Greve Nacional de Professores.



- 1 - Reposição das perdas salariais
- 2 - Reajuste de acordo com os índices do DIEESE

- 3 - Reajuste Nacional de salários
- 4 - Estatuto Nacional Unificado
- Eleições Diretas,

Concurso Público, Jornada única de Trabalho, Plano de Carreira, Estabilização.

Tanto em nosso Congresso Estadual, como no Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) a maioria dos educadores presentes decidiram filiar nossas entidades à CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. E este fato tem um significado histórico de extrema importância para nossa categoria tanto a nível estadual como a nível nacional, por vários motivos:

1º) Porque significa uma tomada de consciência por parte de nossa categoria de que também somos trabalhadores. Ou seja, rompemos, na prática, com aquela velha visão de que os educadores se constituem em uma

APRN CPB agora são filiados à CUT



categoria fora do mundo do trabalho.

2º) Porque rompemos com o cooperativismo existente em nosso meio. Em outras palavras, quando nos filiamos a uma central significa que

tomamos consciência de que nossa luta não é uma luta exclusiva dos Educadores e sim uma luta do conjunto dos trabalhadores. E por isto, é necessário buscar a UNIDADE com os demais trabalha-

dores.

3º) Filiarmos à CUT significou uma escolha. Uma tomada de posição dentro do movimento sindical brasileiro. É, acertadamente, escolhemos a CUT porque é a única central que vem demonstrando no dia a dia, de que lado está. Do lado dos oprimidos e explorados deste país. Porque é a única central que sempre lutou ao lado dos trabalhadores levantando bem alto as nossas principais bandeiras.

A partir de agora, tendo a APRN e a CPB filiadas a CUT, temos a certeza de que não estamos sozinhos em nossas lutas: Estamos juntos aos milhões de trabalhadores deste país.

VENANCIO 86

Democratização da escola: uma luta permanente

É sempre bom lembrar que a questão da Democratização da Escola, está intrinsecamente ligada a Democratização da sociedade. Não se pode ter uma escola democrática, se a sociedade é autoritária. É por isso, que a luta pela transformação da escola, tem que ser concomitante com a luta pela transformação global da sociedade.

Nós entendemos que não se pode chamar de democrática uma escola onde, MILHARES DE CRIANÇAS ESTÃO SEM ESTUDAR PORQUE NÃO TEM VAGAS; MUITAS DAS CRIANÇAS QUE LÁ CONSEGUEM CHEGAR, NÃO PASSAM DE ANO; A QUALIDADE DO ENSINO SE DETERIORA CADA VEZ MAIS; A GESTÃO OU SEJA, A FORMA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTINUA CENTRALIZADA, E AUTORITÁRIA; OS EDUCADORES NÃO SÃO RESPEITADOS, VALORIZADOS E INCENTIVADOS A EXERCER COM DIGNIDADE A FUNÇÃO QUE LHEZ CABE; etc.

Diante deste quadro, os desafios que nos esperam, tanto na Rede Municipal como na Rede Estadual de Ensino são imensos.



NA REDE MUNICIPAL

Nas escolas do município de Natal, em maio do ano passado, nós realizamos as eleições diretas para diretor e conselhos de escola. Evidentemente, que a luta não para aí.

O que nós observamos até agora, especialmente com relação aos conselhos, é que a experiência é bastante válida, embora como tudo que é novo, tem seus avanços, mas tem também seus recuos.

Se em algumas escolas, a gente já constata o pessoal engajado, assumindo mesmo o seu papel de conselheiros, usando o seu poder de deliberação para resgatar a autonomia financeira, e pedagógica da escola, ou seja, que as escolas não sejam mais simples

depositárias das decisões emanadas da secretaria, e sim façam valer a vontade da comunidade escolar organizada, em outras, a dificuldade é exatamente o contrário. Alguns segmentos desestimulados, não querem participar, não acreditam muito na eficácia do conselho, sobretudo naquelas escolas onde os diretores não assimilaram a idéia do mesmo, continuam centralizadores com aquela velha prática autoritária: Pode deixar que eu resolvo tudo com a secretaria. E a própria secretaria reforça e estimula esse tipo de atitude.

Mas, como já frisamos anteriormente, isso tudo faz parte de uma experiência que é nova, e por isso mesmo a nossa disposição deve ser continuar e avançar na luta para

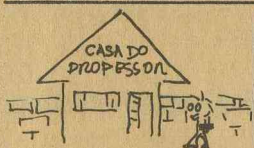
que a gente possa, efetivamente consolidar tanto as eleições como os Conselhos de Escola.

NA REDE ESTADUAL

E na Rede Estadual, como é que se encontra as eleições diretas para diretor? Apesar das eleições serem a vontade expressa da maioria não só do magistério, mas dos estudantes do RN, o governador insiste em não realizá-las, traindo um sério compromisso que assumiu com a categoria quando candidato.

Portanto, colegas educadores, só temos uma saída. A exemplo da Rede Municipal, é botar logo o nosso time em campo e indo a luta que nós vamos dar esse passo importante para a democratização das Escolas da Rede Estadual que são a realização das eleições diretas para Diretor e Conselhos de Escola.

Assim, como a sociedade, a escola que nós queremos não nos será dada e nem será concessão espontânea de grupo nenhum no poder. Ela será, isso sim, fruto de muita luta, de muita pressão conjunta das categorias organizadas: educadores — alunos — pais e funcionários.



CASA DO PROFESSOR

A Casa do professor tem sido ao longo desses dois anos, motivo de grandes problemas e preocupações por parte de nossa gestão. Problemas porque herdamos uma casa sem as mínimas condições da infra-estrutura para receber os companheiros que dela se beneficiam; conseqüentemente tornando-se uma preocupação pelo fato de termos que, politicamente, administrá-la de forma a darmos respostas

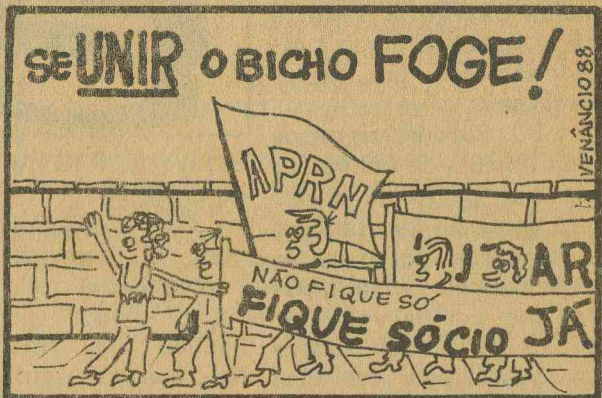
às reivindicações feitas pelos companheiros do interior, que são praticamente os seus usuários.

Para enfrentar os problemas que estavam colocados diante de nós, tivemos que promover uma reestruturação geral. Na questão administrativa, apesar das dificuldades financeira indenizamos pessoas que residiam no espaço físico da casa e imediatamente contratamos funcionários para

atender aos professores. Com relação as instalações físicas foi necessário consertar beliches, reformar instalações elétricas e hidráulicas, pintura e adquirir um aparelho de TV, isto porque o que existia não tinha mais condições de funcionamento.

Apesar de todos nossos esforços em procurar administrar politicamente a casa temos acumulado críticas a nossa administração pelo fato de

tentarmos romper com todos os vícios existentes e sequelas de administração anterior. Entretanto com base na nossa coerência política, mesmo sabendo dos limites, procuraremos responder concretamente às questões e os desafios que demandam a tarefa de dirigir um órgão de uma entidade de classe na perspectiva de apontar o rumo do avanço político dessa categoria.



ESTATUTO: uma vitória que a SEC tenta esvaziar

Todos sabemos o quanto foi necessário lutar para conseguirmos aprovar o Estatuto do Magistério. E sabemos também que o Processo de Implantação do mesmo vem sofrendo duros golpes por parte do governo do Estado. O maior deles foi, sem dúvida, a derrubada de nossos pisos, acarretando o arrocho que temos hoje. Mas além disso, observamos que a SEC vem tendo uma atitude deliberada de protelar o cumprimento do Estatuto. E essa atitude se concretiza, inclusive, com o crescente esvaziamento da Comissão Permanente de Assessoramento e Consulta - CPAC, por parte da SEC. Esta Comissão tem o papel de acompanhar a implantação do Estatuto. Acontece que os representantes da SEC na comissão sistematicamente boicotam o trabalho da mesma chegando mesmo a não participarem das reuniões. e vários são os pareceres engavetados na mesa do secretário.

Mesmo o Regimento Interno da Comissão solicitado desde abril de 1987, até o momento não foi encaminhado.

Vários são os pareceres sem resposta ou que levam séculos para serem encaminhados. Entre eles destaca-



mos: 1º parecer das remoções, previstas no artigo 32 do Estatuto, datada de dezembro de 87; bem sabemos que as remoções são feitas a bel prazer dos chefes políticos e diretores de escolas,

tendo como critério único o apadrinhamento; 2º o posicionamento das Entidades sobre o Concurso Público, que também teve o destino das gavetas da SEC.

Em relação às férias de

60 dias fomos derrotados pela Procuradoria Geral do Estado, e os colegas de órgão Central e secretários de Escolas não tiveram direito a descanso a não ser por 30 dias.

Poderíamos ainda listar inúmeros casos de protelamento e descasos como o atraso nas promoções, remoções por motivos políticos ideológicos, gratificações retardadas e etc.

Esta postura geral de descaso por parte da SEC foi denunciada ao Sr. Secretário da Educação em audiência no dia 18 de fevereiro.

É evidente que o objetivo do governo é nos cansar, para que abandonemos a Comissão. Se engana, pois continuaremos a cobrar a implementação do Estatuto a todo o momento.

Estaremos, mesmo sozinhos, em todas as reuniões da CPAC.

A Comissão tem reuniões todas as terças e quintas-feiras, a partir das 8:00, no Bloco I - térreo, do prédio da SEC; em sala vizinha ao Auditório (fone: 231-1464 Ramal 262).

Se você tem qualquer questão em relação ao Estatuto procure a Comissão nestes dias. Os representantes das Entidades estarão lá à sua espera.

8 de março: dia internacional da mulher

Há 78 anos comemoramos o 8 de março como dia Internacional da Mulher; data como um marco que lembramos a greve das 129 operárias texteis da indústria Cotton, em 1875; heroínas de Nova Iorque que foram queimadas por exigir a diminuição da jornada de trabalho.

A luta das mulheres brasileiras continua e se efetiva cada vez mais desde a conquista por espaços políticos; participação na Campanha pela Anistia; dos movimentos contra a carestia; contra a discriminação e agora, principalmente, na luta por uma Constituinte democrática onde estejam assegurados os direitos da mulher. Um exemplo recente foi as decisões tiradas no "Encontro da Mulher e a CLT", ocorrido em Brasília.



que estiveram presentes cerca de 500 mulheres de 215 sindicatos e de 107 categorias profissionais (inclusive a APRN) com o objetivo de formular

uma proposta de alteração da CLT com base na atual realidade da presença da mulher no mercado de trabalho e à luz dos resultados da Consti-

tuinte, como a garantia dos 120 para gestantes, do direito de horas extras recebido em dobro, igualdade de direitos para as trabalhadoras rurais e a empregada doméstica, 25 anos para aposentadoria, etc. Não se restringindo ao "Encontro da Mulher e a CLT" as mulheres se posicionam contra o governo Sarney, exigindo diretas 88 e ocuparam as galerias do Congresso Constituinte repudiando as mudanças reacionárias do regimento interno da Constituinte com o grito de "FORA CENTRAO".

Esse 8 de março sintetiza a luta das mulheres contra a discriminação, e que seja assegurado direitos iguais para homens e mulheres, e por uma sociedade mais justa e igualitária.

GOVERNO TENTA DOAR ESCOLA PÚBLICA P/ EMPRESA PRIVADA

Numa jogada articulada na calada da noite, a Secretaria de Educação e Cultura e o governo do Estado estão envolvidos na entrega de uma Escola Pública a uma empresa privada.

É que durante as férias, numa ação não esclarecida até o momento, o governo do Estado doou a metade da Escola Estadual João Tibúrcio, situada em Natal, à em-

presa privada de Educação Instituto Sagrada Família.

Este ato não se concretizou devido a ação organizada e firme da Comunidade (pais, alunos, professores) que lutaram, e continuam lutando, para não entregar a escola pública a uma empresa com fins lucrativos. Vários foram os dias e noites que a comunidade se manteve de plantão para impedir

que as salas de aulas fossem tomadas. Houve brigas, discussões, passeatas, denúncias, audiências com o governo e até o presente momento a comunidade ainda garante a escola.

Esta atitude do governo revela muito claramente qual é o compromisso do Sr. Geraldo Melo com a Educação Pública. Aliás, na nossa última Greve, o Governador dis-

se que a Educação era inútil e que "doaria as escolas à rede particular, se fosse necessário".

Pelo visto, o discurso do governo está sendo posto em prática. Denunciar amplamente esta atitude e defender o patrimônio da Escola é dever de todos os educadores.

No nosso I Congresso Unificado realizado em novembro de 87 foi aprovado e desconto de 1% sobre o salário base de cada sócio como contribuição a nossa entidade.

Essa deliberação além de superar a desigualdade existente na combrança da mensalidade anterior (quando um professor P6-E era descontado o mesmo que por um professor P2-E) significou um importante passo rumo à autonomia e independência financeira de nossa entidade. Além disso signi-

RUMO À AUTONOMIA FINANCEIRA



ficou também um avanço na concepção de que são os próprios trabalhadores que devem ter a responsabilidade de garantir as finanças de nossas entidades.

Com a implantação de 1% a partir de dezembro, o nosso orçamento subiu cerca de três vezes, o que garantirá uma atuação mais organiza-

da de nossa parte. Teremos condição de, por exemplo, garantir a edição do jornal mais permanente, visitar mais as escolas, além de termos melhores condições financeiras de fazer frente ao poder.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

No dia 15 de março, em nossa Assembléia, faremos a prestação de contas do exercício de 87.

Esteja de olho e fique sabendo onde foi gasto seu dinheiro.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE												
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES / 1988												
ATIVIDADES / ASSUNTO	LOCAL	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez
Assembléia Geral Deflagração das Campanhas (salarial/diretas p/ diretor estatuto)	Natal		X									
* Encontro Regionais Estatuto Questão Salarial Diretas p/ diretores	Sub-sedes regionais - Mossoró - Caicó	X	X	X								
* Elaboração e distribuição do Guia do Professor	- Natal - Mossoró - Caicó - Sub-sedes regionais			X								
* Elaboração e distribuição da Cartilha sobre Democratização da Escola	- Natal - Mossoró - Caicó Sub-sedes regionais		X	X								
* Seminário sobre a questão sindical	Natal			X								
* Seminários de Formação	Natal Pau dos Ferros Currais Novos				X X X							
* Conferência Estadual de Educação	Natal								X			
* Encontros Preparatórios à Conferência	- Natal - Mossoró - Caicó - Sub-sedes regionais						X	X				

CAMPANHAS

FORMAÇÃO